

# **Ascensão, Declínio e Retomada do Verde na Mídia**

**Por Cintia Rygaard.**

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2002.

Dedicado à minha mãe pelo apoio,  
Vinícius Carrasqueira pelo estímulo,  
José Lutzenberger pela admiração  
e aos que ainda nascerão pelo idealismo.

“Não é a Terra que é frágil. Nós é que somos frágeis. A natureza tem resistido a catástrofes muito piores do que as que produzimos. Nada do que fazemos destruirá a natureza. Mas podemos facilmente nos destruir”.

James Lovelock

(Retirado da página 1 do livro “Ecologia para Ler, Pensar e Agir”, de Vilmar Berna, 2000)

Sumário:

1)INTRODUÇÃO.....	5
2)A PREOCUPAÇÃO COM A NATUREZA.....	8
2.1)Histórico da Degradação Ambiental.....	8
2.2)Interesses Privados e Bens Coletivos.....	11
2.3)Direito ao Meio Ambiente Sadio.....	11
3)ASCENSÃO DO VERDE NA IMPRENSA.....	15
3.1)Principal Fonte: José Lutzenberger.....	15
3.2)Ecologia: Arma Contra a Censura.....	21
3.3)Eco92: Cobertura Intensa Mas Efêmera.....	21
4)QUEDA DO INTERESSE.....	25
4.1)Período Pós-Eco92.....	25
4.2)Globalitarismo.....	31
5)RETOMADA DAS QUESTÕES VERDES.....	34
5.1)A Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental.....	34
5.2)A Carta de Belo Horizonte.....	36
5.3) Ecojornalista também é Educador Ambiental?.....	43
5.4)As Tendências do Mercado Ecojornalístico.....	57
5.5)Marketing Verde.....	64

6)CONCLUSÃO.....68

7)BIBLIOGRAFIA.....76

## 1)INTRODUÇÃO:

“Ninguém comete erro maior do que não fazer nada porque só pode fazer um pouco”

Edmund Burke

(Frase retirada da página 5 do livro “*50 Simple Things You Can Do To Save The Earth*”, Editora Best Seller, 1989)

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel social de educador ambiental desempenhado por profissionais de comunicação no processo de democratização das informações ambientais. A metodologia aplicada para embasar esta discussão advém de um extenso trabalho chamado Projeto Pesquisa Ambiental. Seu objetivo era reunir e analisar matérias sobre meio ambiente nos mais diversos veículos de comunicação, tanto da Grande Mídia quanto da mídia especializada, iniciado em 1999.

Outra ação que contribuiu muito para o desenvolvimento das idéias aqui apresentadas foi o direcionamento do trabalho acadêmico para o segmento específico de meio ambiente. Isso possibilitou uma visão transdisciplinar da temática ambiental sob distintas óticas e diferentes formas de tratamentos da notícia “verde” pertinentes a cada tipo de veículo no meio jornalístico.

É importante lembrar que, mesmo tendo recebido a colaboração de inúmeras pessoas do meio, o livro abstém-se de qualquer tipo de comprometimento com entidades, instituições privadas, públicas, organismos transnacionais, ONGs, pessoas física ou jurídica, políticos ou qualquer tipo de órgão governamental que possa vir a tolher o amadurecimento do debate aqui proposto. A meta desse trabalho é empreender a consciência ambiental através do jornalismo, que tem como característica *a priori* atuar na interface direta com a sociedade. Procura-se refletir de forma sistemática sobre a cobertura desse tipo especial de editoria (que merece o mesmo *status* de economia ou política, senão mais) e sobre os padrões éticos dos profissionais que estão envolvidos nessa área.

O valor primordial dessa iniciativa está em abrir um espaço para a discussão sobre como a forma do ser humano se relacionar com a natureza é apenas uma reprodução do que o homem aprendeu ao longo da história e cultura de seu povo. Portanto, surge a necessidade de incentivar o pensamento crítico sobre a realidade, fornecendo os elementos necessários para que se possa influir pró ativamente sobre o mundo que nos cerca. Pelo direito da coletividade é que travamos essa

luta no sentido de não só informar, mas de, sobretudo, contribuir para construção da cidadania no Brasil.

"O profissional de imprensa do futuro não poderá ser mais um mero transmissor de notícias, mas um ser humano que, tão sensível e vulnerável feito uma árvore ou um passarinho, possa pensar globalmente e agir localmente em defesa de sua sobrevivência como espécie vivente."

Hiram Firmino, Editor do JB Ecológico.

( Retirado da monografia "Ecojornalismo Impresso" de Jairo Nether, página3, 1998).



## 2) A PREOCUPAÇÃO COM A NATUREZA

Antes de entrar no cerne da proposta desse trabalho, é preciso que entendamos como se deu a origem do pensamento ecológico, para que possamos, adiante, avançarmos na análise da cobertura da imprensa sobre essa temática e sob que condições a atenção da mídia é voltada para o meio ambiente.

### 2.1) Histórico da Degradação Ambiental

A espécie humana vem degradando a natureza desde que surgiu, há 90 mil anos atrás. Durante os primeiros 80 mil anos, fomos caçadores coletores e, provavelmente, responsáveis pelo desaparecimento de várias outras espécies. Depois, nos tornamos agricultores por mais 10 mil anos, abrindo espaço a base de fogo na terra para plantar.

Nos últimos 200 anos, entretanto, exageramos na dose porque a degradação do meio ambiente passou de escala artesanal para industrial. A sociedade industrial moderna, indiferente ao consumismo exagerado de poucos e à miséria de muitos, adotou um modo de produzir que esgota os recursos naturais não-renováveis, ameaçando a sobrevivência das futuras gerações e o bem-estar do planeta.

Os países industrializados do hemisfério norte visam apenas o acúmulo de riqueza, agem de acordo com a lógica de mercado imediatista do Capitalismo

Financeiro Transnacional. Após o fim da Guerra Fria e dos regimes socialistas da Europa Oriental, o mundo ficou ainda mais polarizado aumentando, cada vez mais, a disparidade entre o Norte e o Sul. Hoje, assistimos a uma “desordem mundial” que é ditada pelas grandes empresas transnacionais que não levam em consideração fatores ecológicos e sociais na sua ganância de aumentar os lucros e cortar os custos.

Alguns poucos milhões de habitantes do hemisfério norte, em geral, vivem em franca prosperidade enquanto cerca de 2 bilhões de pessoas, especialmente no sul, vivem na pobreza, sem água potável, sem acesso à educação, saúde, habitação ou um lugar para plantar seu alimento. Os responsáveis estão indissociavelmente vinculados ao sistema comercial, produtivo e financeiro internacional que reproduz as desigualdades econômicas e sociais entre os países. A crise ecológica que ameaça o planeta está indissolivelmente ligada à crise social em que vive a maior parte da humanidade.

Por isso, busca-se um modelo alternativo de desenvolvimento, que mude o atual modo de produzir, consumir e agir (através da valorização de uma nova postura ética) que são a causa dos problemas sócio-ecológicos no mundo.

Há um trecho na página 13 e 14 do livro “Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro”, de José Lutzemberger, da editora Movimento, que explica de forma clara a relação meio ambiente e economia. Lê-se: “A

economia humana é um aspecto parcial da economia da Natureza. As ciências econômicas, portanto, deveriam ser encaradas como aquilo que realmente são—um capítulo apenas da Ecologia. Entretanto, o passado remoto de nossa cultura nos legou uma filosofia de dicotomia Homem/Natureza. Baseado nesta visão dicotômica, o pensamento econômico que permitiu o aparecimento da atual forma de sociedade industrial e de seu auge, a Sociedade de Consumo, parte de um modelo absurdo, um modelo divorciado da realidade. Encara-se a Economia como se ela existisse em um plano que transcende a Natureza e que com ela não tem contato a não ser naqueles pontos em que ela é explorada como fonte gratuita de matéria-prima. (...) Um modelo dessa natureza solenemente ignora o funcionamento da Ecosfera da qual o Homem e todas as suas atividades são parte inextrincável. Esse modelo é a causa da crise que atravessamos. A visão da economia como algo que transcende a Natureza leva à cegueira ambiental por um lado e a contas fictícias e ilusórias por outro. É porque a Natureza não entra nessas cogitações econômicas que não nos damos conta da gravidade de nossas agressões, não vemos que nos encontramos em pleno processo de desmantelamento da Ecosfera, cujo fim significará o fim também da economia humana”.

## 2.2) Interesses Privados e Bens Coletivos

Os problemas ambientais são fruto do conflito entre os interesses privados e o bem coletivo. Os elementos da natureza são indispensáveis para a existência de todas as espécies como a água, o ar e o solo. A terra foi o primeiro elemento a ser apropriado pelo homem como propriedade particular. Com o surgimento do Capitalismo, o conhecido fenômeno *enclousures* que se deu na Inglaterra, no século XVIII, demonstra os efeitos da expropriação. Os campos foram cercados, os camponeses, expulsos para a cidade para se tornarem operários assalariados. A sociedade foi dividida em proprietários de terra e os que não eram. Isso representou uma mudança radical nas condições de vida dos não-proprietários de terra. Eles deixaram de depender da terra para sobreviver, extraindo seu alimento através do trabalho direto para depender da possibilidade de vender a sua força de trabalho em troca de um salário.

## 2.3)Direito ao Meio Ambiente Sadio

A crise do meio ambiente vem colocar em questão como a própria sociedade se organiza. Os problemas ambientais levam à destruição de direitos e à produção de desigualdades. Logo, as lutas sociais por um meio ambiente sadio buscam, ao mesmo tempo, restabelecer o equilíbrio legítimo da natureza e ainda construir a democracia na sociedade. Essa defesa dos direitos ambientais unifica as questões sociais por diversos objetivos como: ter acesso a bens

naturais de uso comum em quantidade e qualidade adequadas à vida e obter a garantia de que o patrimônio natural da humanidade não será degradado por usos privados incompatíveis com o interesses coletivos.

Esse último ponto é muito delicado, já que introduzir mecanismos que regulem a iniciativa privada, que sempre explorou à vontade, é bastante complicado. É preciso que haja uma distribuição justa dos custos em termos de meio ambiente, causado pelo desenvolvimento econômico extremado. Não é justo tolerar a expulsão de uma população ribeirinha tradicional, por exemplo, para dar lugar a uma hidrelétrica que fornecerá energia barata para multinacionais.

Mais injusto ainda é ver notícias como a que segue, publicada no jornal O Globo, do dia 17 de março de 2002, na editoria Rio: “Uma comunidade ameaçada na Marambaia: Ministério Público denuncia a Marinha por querer expulsar da ilha 90 famílias de descendentes de escravos”. No meio da matéria, lê-se: “Alegando-se tratar de área militar e de segurança nacional, a Marinha tem recorrido à Justiça em ações de despejo contra os moradores. Também passou a restringir a vida dos pescadores, que já não podem pescar em determinadas áreas, construir casas ou simplesmente reformá-las sem autorização. Nem mesmo a tradição de seus moradores, de manter em seus terrenos cultivos de subsistência, tem sido permitida. Os primeiros habitantes

da ilha foram escravos trazidos da África em navios negreiros”. Está colocado um outro atestado de falta de visão por parte da própria Marinha do Brasil, que chega a impedir a sobrevivência de uma comunidade, que depende do mar para ter a sua forma de subsistência. Isso é uma maneira de dizimá-los afinal, o que seria da identidade dessa comunidade se ela for habitar uma favela, que, certamente, seria o destino mais viável? E os laços sociais próprios que estabelecem entre si? E seu vínculo com o mar, que lhes provém o sustento como pescadores? É dessa forma que se estimula a miséria nas periferias das metrópoles visto que não se dá o direito às populações mais tradicionais de manter o seu estilo de vida original. Pode-se notar que acontece o mesmo com o povo rural, que não tendo condições de se manter, imigra para os grandes centros urbanos.

O resultado são notícias como a que se segue, publicada no O Globo do dia 26 de maio de 2002, na editoria Rio: “ Até Setembro só 5% das Favelas Cercadas”. A matéria em questão fala do programa da prefeitura Eco-Limite, criado para conter os barracos que avançam sobre as matas e contempla apenas 31 das 604 comunidades. Ao analisar a abordagem da matéria, percebe-se que há cobranças mas não existe uma contextualização maior que explique a origem do problema tampouco o apontamento de soluções a não ser cobranças. Manchetes do tipo “Barracos se Multiplicam à margem das

Promessas” e uma suíte enunciada por “Denúncias e projetos não conseguiram até hoje conter o crescimento desordenado da cidade” são utilizadas sem que sequer se relacione o crescimento que afeta os ambientes naturais dos morros com a falta de oportunidade das pessoas que lá habitam de tentar a vida na sua terra nativa. Muitos são pessoas que imigram do Norte do Brasil para cá em busca de oportunidade já que não tinham incentivo que os mantivessem na sua terra natal.

### 3)ASCENSÃO DO VERDE

Como se inicia, de fato, o processo de abertura dos veículos de comunicação para a cobertura das pautas verdes? Sob que motivações esse processo ocorreu? Como o espaço foi ampliado de uma hora pra outra? O que mudou, então? De que forma os movimentos ambientalistas reivindicatórios conseguiram chamar a atenção? Em que momento histórico isso acontece? Essas são algumas questões que nortearão a discussão do terceiro capítulo.

#### 3.1) Fonte Importante: José Lutzenberger





“A verdadeira, a mais profunda  
ESPIRITUALIDADE  
consiste em sentir-nos parte integrante deste  
MARAVILHOSO E MISTERIOSO PROCESSO  
que caracteriza  
GAIA  
nosso planeta vivo: a  
FANTÁSTICA SINFONIA DA EVOLUÇÃO ORGÂNICA  
que nos deu origem  
junto com milhões de outras espécies.  
É sentir-nos responsáveis pela sua continuação e desdobramento”.

J.A. Lutzenberger

José Lutzenberger, um dos ambientalistas de vanguarda no Brasil, fundador da primeira ONG do país dedicada à natureza, a AGAPAN(Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), nos deixou no dia 14 de maio, em Porto Alegre. O ecologista gaúcho recebeu, ao longo de sua vida, 85 condecorações, distinções, títulos honoríficos e comendas de estados brasileiros, de entidades civis, governos da América Latina e da Europa tamanha a importância do trabalho que desenvolveu. O sentimento de apreensão devido à perda advém da imensa responsabilidade das pessoas que ficam e que não mais poderão contar com a experiência e a militância gratuita de Lutz, que sempre foi uma grande fonte jornalística.

Segundo a própria Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, “nas décadas

de 70 e 80, não havia como fazer um enfrentamento jornalístico de certas questões sem se ouvir o Lutzenberger”. O seu espírito empreendedor, engajado, razão de ser um grande incentivador da juventude para que procurasse um embasamento científico, além da sua postura pró-ativa em relação às questões ambientais, foram alguns dos motivos de ter ganhado, em 1988, em Estocolmo, na Suécia, o *The Right Livelihood Award*, o prêmio Nobel Alternativo na área de ecologia.

Formado em 1950 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante dois anos fez cursos complementares na *Louisiana State University*, aprofundando-se em agro-química. Voltou ao Brasil e trabalhou durante sete anos em empresas do setor de adubos, no Rio Grande do Sul. Em 1957, foi convidado para trabalhar na *Basf*, na Alemanha. Partiu sem intenção de voltar e ficou 13 anos fora do país, como executivo da empresa: na Alemanha, durante dois anos; na Venezuela, entre 59 e 66; e no Marrocos, até 1970.

O processo que o levou a recusar uma nova promoção na empresa, para atuar em todo o Mediterrâneo, e trocar uma confortável posição de executivo de multinacional pelas incertezas do retorno ao Brasil, foi lento. É verdade que havia constatado, já no início de suas atividades na *Basf*, que o horizonte científico reservado aos executivos era estreito e insatisfatório. Em depoimento ao jornalista João Batista Santafé Aguiar, Lutzenberger revela seu

desconforto diante do conselho de um de seus superiores, logo que chegou à Alemanha: "Vejo que você se interessa por antropologia, filosofia, se ocupa com matemática, biologia, história, história das religiões; mas precisa ter consciência de que és homem de adubo! Tem que se interessar por adubo!". Foi como "homem de adubo" que trabalhou na Venezuela durante quase sete anos. Além de ter a oportunidade de conhecer muito bem o país e seus vizinhos, tinha tempo para estudar. Na Venezuela, conheceu Leon Croizat, que considera até hoje uma das maiores autoridades mundiais em biogeografia, com quem pôde aprofundar seus conhecimentos na área. Supria a limitação do horizonte profissional com outras atividades.

Em que isso tudo resultou? As conquistas são inúmeras, como a ação que ganhou na justiça contra a empresa norueguesa *Borregaard*, que resultou na venda da companhia para o grupo Klabin. Essa empresa, hoje, trabalha com um bem sucedido programa de reciclagem de resíduos industriais. Atuação na elaboração da lei pioneira 7747/83, sobre defensivos agrícolas. Sua luta travada contra os agrotóxicos e a investigação do acidente ecológico de Hermenegildo (conhecido também por maré vermelha) são outras bandeiras que o gaúcho levantou energicamente.

Fundou também a Fundação Gaia, com o objetivo principal de ter um centro de estudos humanistas que explora a perspectiva de conservação da

vida no planeta. Além de disseminar informações sobre os perigos da globalização e suas tendências atuais, que representam um perigo para a humanidade no ponto de vista ecológico e social. A implantação do Parque Guarita, em Torres, a criação do Parque de Itapuã e dezenas de obras mais podem ser atribuídas a ele.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, os brasileiros deveriam “seguir o seu exemplo, fazendo de nosso dia-a-dia uma busca permanente de novas ações capazes de assegurar respeito à fauna e flora”. Mais do que isso, segundo a visão gaiana e holística de Lutz, acredita-se que seria preciso assumir uma nova posição em relação ao modelo de desenvolvimento insustentável do nosso sistema, assim como uma revisão dos princípios que norteiam a nossa postura ética.

Em 1990, foi escolhido pelo então presidente Collor de Melo para comandar a Secretaria de Meio Ambiente. A partir de então passou a ter atritos com grupos ambientalistas do Brasil e do exterior ao levantar suspeita sobre o desvio de recursos destinados por ONGs estrangeiras ao combate ao desmatamento no Brasil. Foi paradoxalmente demitido em março de 92, três meses antes da realização do maior evento da história da ONU sobre Ecologia e biodiversidade, a Rio-92.

O militante já estava internado há uma semana na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre devido a problemas respiratórios. Completara 75 anos em dezembro e deveria realizar uma operação no pulmão nos próximos dias, mas seu quadro de saúde agravou-se nos últimos dois dias. A sua asma era um mal que atribuía ao contato direto com produtos químicos durante a sua vida profissional. Era casado com Anemarie e deixa duas filhas, Lilly e Lara, além de duas netas. É lamentável a ocasião para se concordar com o verso de Renato Russo, que diz que “os bons morrem jovens”. A morte dele seria considerada precoce mesmo que tivesse completado 200 anos de idade, tamanha a falta que fará para as muitas lutas travadas na questão do meio ambiente no mundo.

Portanto, é preocupante que o lado da perda, signifique, também, a importância de tentar dar prosseguimento ao trabalho do gaúcho, que foi um dos maiores defensores do meio ambiente. Que a sua vida, história e obras sirvam de estímulo para os novatos. Entretanto, há uma necessidade da formação de líderes, que possam fomentar as múltiplas formas de defender o verde, que pode estar desde as mais simples situações do cotidiano, até no poder da opinião pública quando toma consciência das conseqüências coletivas da lógica de mercado que tem regido o mundo. Através dos meios de comunicação, explorando a interface do jornalismo com a sociedade, pode-se

dar vida às intenções mais legítimas de Lutz que, na verdade, é o melhor para todos nós.

### 3.2) Ecologia: Arma contra a Censura

Apesar da Ecologia, que é a ciência que estuda o meio ambiente e a relação entre tudo que existe na Terra, ser conhecida há mais de um século, nos anos 70 ela assume um caráter mais social, já que as pessoas começaram a se dar conta de que a degradação ambiental aumentava em escalas avassaladoras devido ao auge da Revolução Industrial. Os grupos ambientalistas surgem para questionar esse sistema de desenvolvimento e buscar formas de preservar os recursos naturais da inconseqüente fúria da escala industrial.

No Brasil, o movimento ambientalista pioneiro foi no Rio Grande do Sul e devido aos seus protestos nas ruas, os assuntos sobre meio ambiente na imprensa começam a aparecer. A Ecologia era algo relativamente novo para a sociedade, desse modo essas reivindicações despertavam atenção e a imprensa não podia deixar de noticiar. Entretanto o país vivia, nessa época, o período da ditadura militar e a censura era um empecilho para a mídia. As pautas ambientais, então, eram uma das formas dos veículos de comunicação protestarem contra a censura.

Com o advento da democracia, o movimento ambientalista começa a questionar o modelo de desenvolvimento instituído pela Industrialização. O

interesse por formas alternativas que prezam pelo desenvolvimento sustentável emerge com bases sólidas. Porém, como a disseminação dessas idéias pode ser danosa aos interesses comerciais e econômicos da elite, o espaço na mídia, a partir da década de 80, começa a encolher consideravelmente. Os órgãos criados pelo governo servem de medida paliativa esfriando o movimento. Em 1990, nasce o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul(NEJ/RS). Veículos alternativos voltados para a divulgação da temática ambiental como o jornal da AGAPAN(Associação Gaúcha de Proteção à Natureza) aparecem desde então. Mas por esbarrarem nas questões econômicas dos poderosos detentores do poder, foram se extinguindo.

### 3.3)Eco92: Cobertura Intensa mas Efêmera

O mundo se volta para o Brasil: Rio de Janeiro, 1992. O clima de mobilização invade a população e a imprensa aborda temas ambientais como nunca antes abordara. Líderes de 160 países se reúnem durante a ECO 92, evento que define as medidas a serem sacramentadas na Agenda 21. Este documento é fruto de uma preocupação com o planeta como um todo, independente de fronteiras nacionais. O policiamento é reforçado para proteger os representantes. Áreas são isoladas. Tudo seria muito bom se acontecesse como foi proposto na época. Mas, de dez anos para cá, a luta pelo

meio ambiente tem sido árdua e sem muitos resultados concretos.

É preciso conscientização para avaliar os resultados do que foi "a última chance da Terra", segundo Maurice Strong, organizador e secretário-geral da Rio-92. A idealização foi da ONU (Organização das Nações Unidas), patrocinadora do seminário. Na conferência, "uma das questões mais importantes foi como assegurar aos países em desenvolvimento o acesso a recursos adicionais e, sobretudo, à tecnologia necessária para implementar as mudanças nas suas economias", advertia Strong. O tom de alarde era notório no discurso de políticos como o do próprio Antônio Carlos Magalhães: - A Agenda 21 traz, em cada um de seus temas, o alerta sobre a colheita de privações futuras que estamos semeando hoje pelo excesso de exploração das riquezas que a Terra nos legou.

Entretanto, os avanços foram ínfimos em relação ao que foi colocado no encontro, também chamado de Cimeira. Ora, demagogias à parte, o que ficou, de fato? O evento abre um espaço imenso para as pautas ambientais em diversos veículos de comunicação. Não é difícil de se justificar tamanho empenho: mais de 140 nações trouxeram seus representantes, portanto, a projeção de um encontro daquela magnitude era global. Ingenuidade de quem pensa que foi pelo seu conteúdo em si, que primava pelo bem coletividade, independente de fronteiras nacionais. A disposição para a cobertura era



advinda da movimentação e especulação que o evento gerava no mundo. Roberto Villar, atual moderador da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, que cobriu o evento na ocasião transmitindo oito horas diárias pela Rádio Gaúcha, revela: “Logo depois da Eco92, houve uma saturação por dois motivos: O Collor *Gate* e uma espécie de ressaca. Os editores acharam que já tinham cumprido o seu papel”. (Depoimento coletado em entrevista à autora no dia 04/06/02)

Já Cristiane Costa, jornalista que presenciou a cobertura do evento, acha que “não passou de um modismo explorado pela imprensa como outro qualquer. Eu vi profissionais que se especializaram nessa área que ficaram sem campo para trabalhar depois, tendo que ir trabalhar em outras editorias”. (Depoimento coletado em entrevista à autora em 15/04/2001)

#### 4)QUEDA DO INTERESSE

Avaliaremos, nesse quarto capítulo, a fase da “ressaca” da Eco92, conforme bem denominou Roberto Villar. Há um estudo de caso que evidencia a falha cobertura de uma revista em relação à problemática ambiental. Também serão expostos alguns pontos de vista valiosos sobre a influência da globalização no processo de “anestesiá-lo” o povo através dos veículos de comunicação de massa.

##### 4.1)Período Pós-Eco92

Logo que terminou a Eco92, a rotina dessas empresas de comunicação voltaram ao normal, e a diminuição das matérias sobre meio ambiente foi drástica. O espaço encolheu, as abordagens tornaram-se esporádicas e somente diante de problemas de grande impacto. A inclusão da problemática verde, quando trabalhadas pela grande mídia, não tem o tratamento adequado, o que provoca um desvio da informação correta, responsável e respaldada sobre o que ocorre com o meio ambiente. Um exemplo recente de uma apuração falha por parte da imprensa pode-se atestar na reportagem “Lucros no Paraíso”, na parte de Desafio Ambiental, na página 84, da Veja Edição Especial “Brasil que já é Primeiro Mundo”, de maio de 2002. A matéria fala: “Uma decisão do governo brasileiro sobre a Amazônia está sendo muito debatida entre os ambientalistas.(....)Trata-se da operação de Urucu, tocada pela Petrobrás”.

Segundo Roberto Esmeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra, a afirmação concernente ao debate não procede. Em carta encaminhada à revista, ele aponta:

"Estranhamos que na reportagem "O Desafio Ambiental - Lucros no Paraíso" (VEJA Especial, maio 2002) tão conceituada revista afirme que ambientalistas debatem uma questão, sem mencionar uma única fonte.

Esclarecemos:

- nem os ambientalistas, nem outros, debatem sobre o tema indicado, isto é, a atividade de extração de gás da base petrolífera de Urucu, realizada há muitos anos;
- o tema objeto de debate pelos ambientalistas hoje é o projeto da Petrobrás de construir um gasoduto – com gravíssimos impactos ambientais e sociais- entre a referida base de Urucu e a cidade de Porto Velho.
- todas as principais ONGs ambientalistas com atuação na Amazônia questionam o gasoduto, entre elas Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Greenpeace, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto Socioambiental (ISA) e WWF(*World Wide Found For Nature*). Isso, no entanto, jamais foi mencionado por Veja.

Estranhamos ainda mais a referida reportagem, por ter sido a nossa entidade ouvida pela equipe da revista, recentemente, sobre o assunto".

É comum que se encontre outros casos de notícias sobre meio ambiente “viciadas”, ou seja, exposta de modo desconexo e desprovida das interações com a esfera sócio-político-econômica. Por exemplo: uma notícia que saiu na editoria Ciência e Vida, do jornal O Globo do dia 27/04/02, diz: “Calor recorde nos três primeiros meses do ano” e se desenvolve falando que janeiro, fevereiro e março foram os mais tórridos em todo o mundo desde 1860. No decorrer do texto fala-se dos cientistas britânicos que conduziram a pesquisa, do El Niño e da anormalidade do fenômeno. Em momento algum se aborda a questão do Efeito Estufa, da importância dos Estados Unidos assinarem o Protocolo de Kyoto tampouco se menciona o apocalíptico caminho que a Humanidade terá de enfrentar caso as coisas continuem sendo apresentadas da forma que estão. Como simples registros mecanizados que não refletem a magnitude dos assuntos de que tratam as pautas ambientais.

A maior parte dos veículos de comunicação, hoje, são empresas comerciais, voltadas para o lucro, trabalhando o seu espaço físico em função de anúncios e subjugando o seu conteúdo em função da publicidade. O que dificulta o desenvolvimento da cultura do jornalismo investigativo na área ambiental e, como os temas são complexos e demandam algum conhecimento científico prévio, fica complicado trabalhar o assunto dentro de uma notícia, como evidencia o exemplo da cobertura distorcida da matéria feita acima.

Vilmar Berra, em seu artigo “Comunicação Ambiental para a Parceria”(www.jornaldomeioambiente.com.br) , na página 3, externa sua preocupação com o problema no seguinte trecho: “O que há por trás desse pouco caso de nossa imprensa com as questões ambientais? Parece que o jornalismo brasileiro tem vergonha da especialização do profissional, talvez para não ter de pagar mais por ela. Uma pena. Boa parte do que se publica sobre meio ambiente aborda mais o lado físico, científico, como se fosse deliberado evitar o caráter político da questão. As matérias sobre meio ambiente, atualmente, mais parecem *calhaus* (termo do jargão jornalístico para designar matéria sem importância usada para ocupar espaço). No dia seguinte ao encontro dos ambientalistas com Fernando Henrique, por exemplo, um grande jornal carioca publicou matéria de meia página sobre dinossauros na seção dedicada a meio ambiente. Nada sobre o encontro das ONGs com o presidente. E pior. Nas poucas matérias publicadas, pareceu que o importante não eram os fatos, mas a versão sobre eles, pois publicou-se informações que nem de perto foram tratadas na reunião, como a de que ONGs pediram R\$ 470 milhões para o Rio 2004. A reclamação de uma mulher que teve seu carro arranhado pela comitiva presidencial recebeu mais atenção do que a Mata Atlântica, tema do evento”.

A ausência da relação do meio ambiente com os problemas enfrentados diariamente pela população como saneamento básico criam a falsa idéia de dissociação entre o meio ambiente e utilidade pública, ou seja, o lado social. As matérias que são vistas na grande mídia, atualmente, são superficiais, não se explicam os “porquês” dos problemas tampouco as soluções nem formas de evitá-los. O fluxo dessas informações ambientais, que deveria ser permanente, é fragmentado, descontínuo e completamente não-linear. Segundo Roberto Villar, “com a entrada das empresas na cena ambiental, os jornais voltaram a tratar da questão ambiental mas, infelizmente, pelo viés meramente econômico, pautados pelo mercado para dizer que meio ambiente dá dinheiro. Acabou havendo uma simplificação de um tema complexo”.

Essa deficiência se deve a muitos fatores como: o pequeno tempo de apuração que é dado para os repórteres, que, não tendo bagagem especializada para interagir com os termos científicos que colhem, dificulta o entendimento para o receptor quando for ler a sua matéria. De acordo com Roberto Villar, “as matérias ambientais não saem mais por falta de iniciativa do jornalista em redação do que por um boicote planejado de editores. Uma boa matéria sempre é publicada. Acho que a culpa é dos repórteres que não propõem a pauta e dos editores que não abrem espaço para meio ambiente entre as prioridades do veículo. O lado econômico é outra barreira. Se tem anunciante

envolvido na matéria, ela tende a ser engavetada”. ( Em entrevista à autora em 04/06/02)

Outro ponto essencial é “desprezo por parte das agências de publicidade do segmento meio ambiente na imprensa, apesar do setor ambiental movimentar hoje milhares de dólares”, coloca Vilmar. “As agências de publicidade não tem uma cultura ambiental, esquecem que o formador de opinião ambientalista é o contraponto da empresa na mídia”. Para Vilmar, “falta uma política de comunicação direcionada pois as verbas de anúncios acabam desperdiçadas”, como está exposto na página 2 do artigo “Comunicação Ambiental para a Parceria”, disponível no site [www.jornaldomeioambiente.com.br](http://www.jornaldomeioambiente.com.br) .

Roberto Villar, quando perguntado sobre uma cultura de comunicação voltada para os multiplicadores de informação em meio ambiente por parte das agências de publicidade, é veemente: “claro que não há essa cultura voltada para os veículos especializados, que são permanentemente esquecidos. Por isso criaram uma entidade para pressionar as agências de publicidade, a EcoMídias(Associação Brasileira das Mídias Ambientais)”.

( Entrevista realizada em 04/06/02 via *e-mail*)

As tiragens da EcoMídias somam 1,5 milhões de exemplares mensais e incluem jornais como o Jornal do Meio Ambiente, Folha do meio Ambiente,

Estado Ecológico de Minas, Terramérica, AgirAzul e revistas como Eco21, Ecologia & Desenvolvimento, Meio Ambiente Industrial, Saneamento Ambiental, Gerenciamento Ambiental, além dos veículos digitais, como o site da COM-MAM. O principal propósito da EcoMídias é ser um instrumento a favor da democratização da informação ambiental no Brasil.

#### 4.2) Globalitarismo

“ O livre mercado não resolve tudo, até porque é manipulado. O mercado só vê demanda, não vê necessidades. Os mercados são cegos para as gerações futuras”

José Lutzenberger

(Retirado do site [www.fgaia.org.br](http://www.fgaia.org.br))

Infelizmente, percebe-se que quem domina é o setor privado, ou seja, os neo-capitalistas. É a economia que dita as regras dessa "nova desordem mundial". A política está completamente submetida aos mandos e desmandos dos organismos financeiros transnacionais como FMI e Banco Mundial. E o pior: os interesses da coletividade, como a preocupação com a natureza(e, inclusive, com a discrepância social), estão fora das mãos de quem deveria ter competência para tomar conta do assunto: os governos nacionais.

Segundo Ignácio Ramonet, diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, os conceitos-chave do "pensamento único" (Globalização ou Globalitarismo, se preferir) como modernização ocidental, livre-cambismo,



desregulamentação, flexibilização, consumismo, privatização, terceirização e neo-liberalismo implicam sempre em "menos Estado", no sentido de suas competências estarem subordinadas à política econômica internacional. O que gera "uma indiferença no que concerne ao custo ecológico".

Ramonet vai mais longe quando afirma que "a repetição constante desse catecismo pelas mídias e pelos políticos confere-lhe uma tal força de intimidação que sufoca toda a tentativa de reflexão livre". As conseqüências são "milhões de desempregados, desastre urbano, precarização geral, subúrbios em fogo, devastação ecológica, volta dos racismos e a maré de excluídos vistos como simples miragens, alucinações culpadas para nossas anestesiadas consciências pelo pensamento único". (Página 58 do artigo "Pensamento Único e os Regimes Globalitários", escrito por Ignácio Ramonet no *Le Monde*).

Segundo o escritor, físico, teórico de sistema e diretor-fundador do Centro para *Ecoliteracy* em *Berkeley*, EUA, Fritjof Capra, "Através da economia globalizada que temos, a humanidade acabou criando uma espécie de autônomo que vem destruindo a natureza, a sua, a minha, as nossas vidas. Somos escravos e temos de nos libertar desse autônomo que é fazer mais dinheiro acima de todo e qualquer valor humano".(Retirado da página 11 da primeira edição do JB Ecológico em entrevista ao editor Hiram Firmino).

“Capitalismo e Comunismo são, na verdade, duas seitas da mesma coisa, que é o Industrialismo. A sociedade de consumo é, no fundo, uma religião fanática, um fundamentalismo pior do que o do Bin Laden. Está arrasando o planeta. Há um governo mundial tecnoditatorial dos grandes grupos. O governo mundial é privado”.

José Lutzenberger

( Retirado do site [www.fgaia.org.br](http://www.fgaia.org.br))

## 5)RETOMADA DAS QUESTÕES VERDES

Será feita uma breve caracterização do quadro atual do mercado ecojornalístico e suas perspectivas assim como um resumo do que vem a ser a RBJA e a Carta de Belo Horizonte- instrumentos que prezam pela qualidade da informação ambiental e competência dos veículos para publicarem as matérias verdes. Debates sobre a função social do jornalista ambiental serão reproduzidos no item 5.2.

### 5.1)A Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental

A RBJA(Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental) nasceu de uma iniciativa do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul(REJ/RS) e do site Agir Azul na Rede. Atualmente, esta comunidade virtual liga mais de 200 jornalistas de vários pontos do Brasil em uma interação constante sobre problemas ecológicos e a cobertura da imprensa. A idéia de formar essa rede surgiu com a Eco92. Durante os preparativos para o encontro, os jornalistas encarregados de cobrir o evento passaram a se reunir para trocar idéias. Nas reuniões, muitos problemas de meio ambiente em comum de várias regiões do país eram expostos. Logo, esses profissionais sentiram necessidade de uma parceria que ampliasse e qualificasse a abordagem ambiental no jornalismo nacional. Diante do problema da extensão continental do Brasil, a solução

para efetivar um contato regular entre eles foi utilizar um método de interação à distância.

Em dezembro de 1998, A RBJA foi formalizada com o empenho de Roberto Villar Belmonte e João Batista Santafé Aguiar(do site Agir Azul na Rede) e, finalmente, inscrita na Internet via *e-Groups* (serviço gratuito que oferece a organização de listas de e-mail). Ela foi se propagando através de divulgação no próprio Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, em diversos sites da Internet( como as *home pages* [www.jornalismoambiental.jor.br](http://www.jornalismoambiental.jor.br) , [www.agirazul.com.br](http://www.agirazul.com.br) , [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br) e [www.cade.com.br](http://www.cade.com.br) ) além de indicação feita por colegas. Hoje, com quatro anos de existência, ela conta com mais de 200 inscritos em diversos estados brasileiros e algumas cidades do exterior(como do Uruguai, USA, Canadá e Angola) que se interessam por temas do Brasil.

O principal objetivo da RBJA é ampliar as discussões públicas e qualificar o noticiário brasileiro na área. São estimuladas as trocas de pautas, fontes, informações, denúncias e novas descobertas ligadas à cobertura das questões ecológicas. Além da divulgação de prêmios, cursos, congressos e seminários. Dois aspectos interessantes são a gratuidade e o corporativismo. Algumas das pautas ambientais sugeridas via RBJA viram matérias em diversos e importantes veículos de comunicação do país. É um ponto de

convergência de idéias, uma “inteligência coletiva”, que abre, aos poucos, espaço na mídia e nas discussões públicas do país para a questão ambiental.

No site [www.jornalismoambiental.jor.br](http://www.jornalismoambiental.jor.br), há um link para uma entidade reguladora da especialização nessa subárea do Jornalismo: a IFEJ(*International Federation of Environmental Journalists*). Há uma breve caracterização do que é a IFEJ em que se lê: “

A proposta de criação de uma rede mundial de jornalismo ambiental foi uma das conclusões do *Green Press*, evento oficial da Eco92, realizado em Belo Horizonte de 20 a 24 de maio de 1992. A Federação Internacional de Jornalistas de Meio Ambiente foi criada um ano depois, num encontro em *Dresdem*, na Alemanha”.

#### 5.2)A Carta de Belo Horizonte

Esta Carta, reproduzida do site [www.jornalismoambiental.jor.br](http://www.jornalismoambiental.jor.br), foi aprovada em Assembléia Geral realizada no dia 23 de maio de 1992, com os participantes do *Green Press*, evento oficial da Eco 92:

#### **“Carta de Belo Horizonte**

Nós, participantes do Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - *Green Press* - profissionais e estudantes da comunicação; especialistas de diversas áreas do conhecimento; e representantes de diversos setores da sociedade ligados às questões do meio ambiente e do

desenvolvimento, reunidos em Belo Horizonte, de 20 a 24 de maio de 1992, consideramos:

- Que a Comunicação Social é o principal instrumento para compreender uma emergente comunidade global interligada e interdependente;
- Que a existência de uma comunicação democrática está comprometida pela desigualdade na distribuição de recursos e acesso aos meios de comunicação, pela concentração desses recursos e meios em mãos de grupos econômicos, pela censura e outras formas de controle governamental;
- Que o acesso e a participação da sociedade civil organizada no processo de informação são as principais formas de garantir a autodeterminação e a soberania dos povos.

Declaramos a nossa adesão aos seguintes princípios éticos e fazemos as seguintes recomendações:

## **Princípios Éticos**

1. O direito à informação sobre questões ambientais e de desenvolvimento é fundamental para todos os povos, porque delas depende o futuro da humanidade.
2. Todas as pessoas têm o direito de serem oportunamente e corretamente informadas sobre questões ambientais, e os profissionais de comunicação devem ter o compromisso de expressarem suas opiniões através dos meios de comunicação social, sem restrições de qualquer ordem.
3. Os meios de comunicação social devem servir à sociedade, e esta tem o direito de influenciar e participar das decisões sobre políticas para o setor, assim como de exigir da imprensa a responsabilidade por suas ações.
4. A censura e qualquer outra forma de controle sobre a comunicação social constituem violação do direito à informação.
5. A pluralidade dos meios de comunicação social e o livre acesso às fontes são essenciais para o exercício do direito à informação.

6. São empecilhos ao direito à informação a concentração da propriedade dos meios de comunicação social e a influência econômica governamental ou privada sobre as linhas editoriais.
7. É dever dos meios de comunicação social e dos jornalistas informar sobre opções de desenvolvimento que promovam o acesso de todos ao bem estar sem causar danos ao meio ambiente.
8. A IMPRENSA DEVE PROPORCIONAR INFORMAÇÕES QUE PERMITAM AO PÚBLICO OBTER UM RETRATO CLARO, PRECISO, OBJETIVO E NÃO FRAGMENTADO DA REALIDADE.
9. São deveres da imprensa informar sobre as práticas lesivas ao meio ambiente, alertar quanto aos seus efeitos sobre os ecossistemas e contribuir para a educação da sociedade.
10. O trabalho jornalístico deve estar comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária nas diversas fases de produção e veiculação da notícia.



11. A IMPRENSA TEM O DEVE DE EXPRESSAR A PLURALIDADE DE PONTOS DE VISTA SOBRE OS ASSUNTOS DE MEIO AMBIENTE E DE DESENVOLVIMENTO.

12. Ao jornalista deve ser garantida a liberdade e meios de desenvolver pesquisa e reunir informações. Isto é necessário para a análise precisa das políticas e práticas governamentais e privadas em assuntos de meio ambiente e desenvolvimento.

13. É inerente ao trabalho do jornalista agir de acordo com os princípios éticos, e a ele deve ser garantido o direito de recusar trabalhar contra estes princípios ou revelar fontes de informação.

14. É parte integral dos deveres do jornalista e dos meios de comunicação social o respeito pelo direito dos indivíduos à privacidade e à dignidade humana.

### **Recomendações**

1. Empreender esforços para a inclusão de propostas na Agenda 21 da Conferência Rio 92, visando uma atuação

democrática e eficiente dos meios de comunicação social nos assuntos relativos ao meio ambiente e desenvolvimento.

2. Conclamar as Nações Unidas e suas organizações regionais e outras à convocação de conferências e reuniões periódicas para debates internacionais e locais sobre o papel da Comunicação Social nas questões ambientais e de desenvolvimento.

3. PROMOVER DISCUSSÕES ENTRE OS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO DE TODO O MUNDO SOBRE A NECESSIDADE DE SE ESTABELEECER UM CÓDIGO DE ÉTICA SOBRE COMUNICAÇÃO SOCIAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, além de propôr outras medidas que aperfeiçoem a atuação dos profissionais e dos meios de comunicação nesta questão.

4. VIABILIZAR E BUSCAR RECURSOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE MUNDIAL DE JORNALISMO AMBIENTAL, INDEPENDENTE DE

## INTERESSES PRIVADOS OU GOVERNAMENTAIS.

Viabilizar, ainda, a criação de uma agência de informações ecológicas, que permita o intercâmbio e o acesso irrestrito dos profissionais e estudantes de Comunicação Social a todas as informações sobre assuntos de meio ambiente e desenvolvimento.

5. Estabelecer formas de cooperação entre os povos que lhes assegure o uso das tecnologias de comunicação para proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento. Neste sentido, trabalhar para permitir o acesso das nações aos satélites de comunicação, aos modernos sistemas eletrônicos de informação, à informática e a outros recursos, tendo em vista a criação de sistemas que atendam aos interesses das sociedades.
6. Incentivar a produção e a divulgação de notícias dos países em desenvolvimento, promovendo sua autonomia em relação às mensagens culturais, científicas e informativas dos países desenvolvidos.

7. Criar mecanismos para que as responsabilidades e deveres da Comunicação Social sejam cumpridos promovendo formas de participação da sociedade nos meios de comunicação, por meio de representantes de seus diversos setores incluindo os conselhos de imprensa, conselhos de redação e a instituição do *ombudsman*.
8. Desenvolver mecanismos para promover aos estudantes e profissionais da comunicação treinamento e formação continuada em assuntos ambientais e de desenvolvimento.
9. Propiciar a organização de uma Vigília Internacional para acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos governos em níveis nacionais, tratados e convenções internacionais sobre sociedades sustentadas, visando principalmente os interesses de gerações futuras.

### 5.3) Ecojornalista também é Educador Ambiental?

E a imparcialidade, como é que fica? Faremos aqui uma reprodução dos debates acerca dessa polêmica que permearam as discussões na RBJA:

**Depoimento de Vilmar Berna, do Jomal do Meio Ambiente lançado na rede dia 05/05/02:**

“Um dia o Roberto Villar me disse que o fato de um jornalista cobrir a área de esportes não faz dele um atleta. Ele está certo. Jornalista é profissão, ambientalista é atitude de cidadania, que um jornalista pode ter ou não, o que não quer dizer que não exerça sua cidadania de alguma outra forma. Logo, é perfeitamente possível ser um jornalista ambiental, e cobrir de forma profissional a área ambiental, sem ser ideologicamente engajado na causa. Por exemplo, um ambientalista tem uma causa pela qual luta, e não interessa muito a opinião de seus adversários a não ser para combatê-los. Um jornalista precisa ouvir os vários lados de um tema, por mais que isso incomode seja aos ambientalistas, seja aos poluidores. Um cuidado que os jornalistas do setor ambiental devem tomar é com a facilidade de se apaixonar pela causa. Não que seja um mal em si ser jornalista e ambientalista, mas apenas não deve o jornalista, nesta condição, confundir-se com a causa a ponto de, em vez de jornalismo, começar a fazer panfleto ideológico ou marketing da causa. Por que aí deixa de ser útil como um intérprete da verdade. De qualquer forma, mesmo para os jornalistas apaixonados e engajados sempre haverá espaço profissional em assessorias de imprensa de ONGs ambientalistas onde o que

importa é a versão da instituição, mas pode bitolar muito o profissional. Um abraço a todos, Vilmar Berna”.

**Declaração de Juarez Tosi do NEJ/RS coletado dia 06/05/02:**

“Discordo dessa visão mecanicista de que por sermos jornalistas temos que ficar em cima do muro. Somos seres humanos, temos sentimentos e devemos ter consciência do nosso papel político. Respeito todas as posições, mas se eu tenho um pouco de consciência ambiental, jamais defenderei um poluidor ou uma empresa que pratica o desmatamento da Amazônia. Ficar em cima do muro é a posição mais fácil que existe. A gente nunca tem compromisso com nada. Sou jornalista há 22 anos e, nessa longa trilha profissional, aprendi a defender minhas posições. E foi com esse objetivo que criamos o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, há 12 anos. O NEJ/RS possui uma lista de discussão com cerca de 35 profissionais, além de todos seus integrantes participarem desta rede. E o nosso crescimento, ao longo desse tempo, também se deu por termos um posicionamento claro do nosso papel político. Como o Roberto disse: aqui no Rio Grande do Sul criamos a expressão ecojornalista. Isso resume bem nosso posicionamento. Somos mais do que jornalistas. Temos compromisso com a vida e com o futuro da humanidade.

Abraços, Juarez Tosi”.

**Declaração de Carlos Tautz, editor da revista Ecologia e Desenvolvimento, coletado dia 07/05/02:**

“Aqueles que se dedicam a cobrir ambiente – ainda que se orientem pelos critérios de isenção, equilíbrio, rigor técnico e ético – já demonstram uma sensibilização para os assuntos da vida (que costumamos chamar de ambientais) maior do que talvez alguém que cobre, por exemplo, o frio mercado financeiro. É nesse sentido que se colocam as posições, as escolhas e as opiniões pessoais. Por exemplo: nunca vou escrever uma matéria sobre uma suposta maravilha tecnológica dos transgênicos porque discordo da própria existência dos transgênicos em si e também do sistema de poder e de pressão de multinacionais no qual os organismos geneticamente modificados estão inseridos. Assim, ainda que eu escreva um artigo mostrando os critérios e rigores científicos de um estudo de impacto de transgênicos (coisa que não existe porque as multas do setor inviabilizam a realização de qualquer EIA), vou também expressar a minha opinião pessoal ao, no mesmo artigo, consultar um geneticista sobre a probabilidade altíssima de contaminação ambiental que os transgênicos colocam. Não deixamos de ser bons manejadores dos saberes técnico-profissionais simplesmente por termos posição formada e firmada em determinado assunto. Ao contrário. É bem provável que a produção jornalística de qualquer um que se dedica e se envolve profissionalmente com

as questões ambientais seja mais precisa do que a dos neo-cínicos que só se pautam por números, porcentagens e critérios de mercado. Esses desconhecem que os fenômenos ambientais se manifestam geralmente em ciclos, vão e voltam de acordo com uma lógica distinta daquela lógica e daqueles interesses obtusos que orientam a maioria das publicações da imprensa grande, que delira na prática de um ceticismo militante e cínico. Carlos Tautz”.

**Depoimento de Adalberto Wodianer Marcondes, do Jornal Terramérica, coletado dia 16/05/02:**

“Olá amigos, hoje quero comentar sobre o que é ser jornalista ambiental e quais são os limites da militância no exercício do jornalismo. Eu vejo apenas a diferença fundamental entre o jornalista ambiental e qualquer outro jornalista: é a sua capacidade de compreender os temas ambientais. Isto significa que ele não vai ser enrolado por fontes não fidedignas porque tem uma ferramenta de conhecimento que lhe permite perceber quando uma fonte é séria ou não. O conhecimento do assunto também ajuda na escolha das pautas e das prioridades do tema ambiental. Acho que a militância ambiental é fundamental para os processos de mudança de enfoque em relação ao tema. No entanto, o bom jornalista ambiental vai aplicar todos os preceitos do bom jornalismo aliado ao seu conhecimento específico e prestar um melhor serviço à sociedade buscando ouvir todos os lados e dar voz a todos os setores sociais



envolvidos. Imparcialidade ou não, ou não, é outra discussão. Um forte abraço a todos. Dal Macondes”.

**Declaração de Alberto Gonçalves, da Gazeta Mercantil, coletado dia 07/05/02:**

“É irritante e tenso ter que ouvir um representante de uma empresa sabidamente poluidora e responsável por contaminação química de certa região, por exemplo, negar de forma fria e distante danos graves à saúde das pessoas, constadas por nosso ofício de repórter. Mas nossa melhor contribuição nessa hora ao debate e à solução desses graves problemas é utilizar uma de nossas mais importantes ferramentas da profissão, o questionamento, levantando contradições entre o discurso e a prática do entrevistado e apresentando relatos colhidos na apuração apontando problemas. O senso crítico sem dúvida é fundamental para o jornalista produzir um material mais abrangente, analítico e polêmico. Ser ou não militante do movimento ambientalista é uma decisão pessoal. Só não podemos usar as ferramentas próprias do militante na hora de apurar informações para uma reportagem, pois dessa forma estaríamos mais atrapalhando do que ajudando o movimento ambientalista. Sabemos como é importante transitarmos entre diferentes atores sociais na hora de elaborarmos nossas reportagens. E isso a gente consegue com as ferramentas do jornalismo. Ao

revelarmos ao público as várias facetas e contradições de determinado assunto, fornecemos subsídios vitais para a ação cidadã. O que estou dizendo não tem nada a ver com neutralidade. Todos nós temos uma visão de mundo. Isso não é ruim. A própria escolha de pautas reflete os interesses individuais de cada profissional. Quando tentamos nos comportar como neutros diante do mundo, isso deixa o trabalho morno e as reportagens perdem vida. O militante pode e deve organizar um protesto diante da sede de uma empresa. E esse militante pode ser qualquer cidadão, inclusive um jornalista. Mas na atividade profissional, apurando informações, produzindo reportagens, nossa melhor contribuição para um mundo mais equilibrado ecologicamente e socialmente justo é utilizar as ferramentas básicas da profissão para revelar o que está oculto, apresentar as contradições e apontar desmandos e agressões à cidadania. E para isso, o jornalista não precisa ser também um ativista. Se formos muito duros em relação a isso, a gente tende a permanecer restritos a grupos muito reduzidos. Há muitos colegas interessados em cobrir de forma mais profunda a questão ambiental, mas não necessariamente dispostos a participar de um movimento, por falta de tempo ou opção de vida. Que bom que tem tanta gente com esse interesse! É a melhor contribuição que os colegas podem dar ao fortalecimento da cobertura ambiental nos mais diferentes veículos e editorias. Abs Alberto”.

**Declaração de Ney Gastal, do Baguete Diário e do Boletim da ABRAPA, coletado em 08/04/02:**

“ Insisto que jornalista não é professor nem tutor de seus leitores. Informar corretamente não é ensinar nem tutelar idéias, é algo muito mais difícil, que é repassar informações corretas e despidas de opinião. Isto, claro, no caso da notícia e da reportagem. No caso de textos opinativos, cada um diz o que pensa. Mas o texto da reportagem precisa ser isento. E você precisa abrir espaço no seu texto opinativo para que os que foram atacados possam se defender. Cidadania é isto: separar o que você acredita que deva ser certo, e noticiar igualmente as opiniões divergentes do que muitas vezes é a realidade(...) E quem somos nós para discernir em nome das massas o que é relevante? Que atitude mais preconceituosa e elitista é esta! Desde quando as pessoas simples não sabem, muitas vezes com muito mais precisão que as elites, que são protagonistas da ação social? (...) Dizer que maioria dos jornalistas não se conscientizam de que são produtores de sentido e portanto agentes culturais, revela o preconceito contra o povo em geral, que seria ignorante e contra os jornalistas em particular, que não saberiam educa-lo. A realidade não é assim, e se existe algo que falta às nossas elites comunicólogas, é deixar de ler apenas teoria a ser discutida em mesa de bar e colocar o pé na realidade. Quanto ao público, em sua heterogeneidade, saberá

escolher nas publicações especializadas os reforços às suas próprias opiniões individuais. Mas se existirem apenas publicações sectárias, e cada um ler apenas as que, por antecipação, sabe que publica as coisas de um ponto de vista com o qual irá concordar, o conceito de jornalismo como atividade que reporta a realidade da maneira mais imparcial possível, para que o leitor saque a sua própria conclusão, estará definitivamente morto, derrotado por um mundo onde a intolerância certamente será rainha. E isto, me desculpe, não consigo aceitar calado. Foi um desabafo. Ney Gстал ”.

**Depoimento de Lúcia Chayb, da revista Eco21, coletado em entrevista à autora em 10/06/02:**

“ Com certeza precisamos desempenhar a função de educador ambiental. Quanto à imparcialidade é complicado. No jornalismo ambiental não tem como você ser imparcial. A partir do conhecimento que você tem, é preciso mostrar as coisas como elas realmente são”.

**Finalmente, a última declaração de Roberto Villar Belmonte, captada no dia 18/06/02:**

“Um jornalista pode ter a consciência de um ecologista e exercer bem a profissão, com dignidade e profissionalismo, o que implica respeitar as características - ou limites - do jornalismo. Me parece ser esta a síntese da nossa conversa. De um lado a razão da objetividade jornalística. Do

outro, a paixão expressa no desejo de mudar o mundo. Sempre que penso neste conflito entre o meu cérebro e o meu coração, lembro de um verso do falecido poeta paranaense Paulo Leminsky:

"Condenado a ser exato,  
quem dera poder ser vago,  
fogo fátuo sobre um lago,  
ludibriando igualmente  
quem voa, quem nada, quem mente,  
mosquito, sapo, serpente.

Condenado a ser exato  
por um tempo escasso,  
um tempo sem tempo  
como se fosse o espaço,  
exato me surpreendo,  
losango, metro, compasso,  
o que não quero, querendo."

O Francisco Belda comparou jornalismo com ciência para refletir sobre a imparcialidade, a neutralidade e a autonomia, citando o filósofo da USP Hugh Lacey. O jornalismo pode ser comparado com a ciência? Se for nos termos do Adelmo Genro, autor do livro "O Segredo da Pirâmide", citado nesta Rede por outra pessoa, acho que pode. Para o falecido Adelmo (irmão do Tarso Genro), o jornalismo é uma forma singular de conhecimento, enquanto a ciência é uma forma universal (e a arte uma forma particular de conhecimento). As categorias singular, particular e universal vêm da filosofia de Hegel. Ou seja, jornalismo, arte e ciência são formas de conhecimento humano. Mas tem repercussões públicas diferentes. E se o resultado social é diferente, a

responsabilidade também é.

Na ciência, não existe imparcialidade, há interesses de todo o tipo por trás de qualquer estudo. Uma teoria científica é construída a partir de um paradigma, segundo Thomas Kuhn, autor do célebre livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, um clássico da Filosofia da Ciência.

Numa reportagem, também não existe imparcialidade, há interesses de todo o tipo por trás de uma pauta, de uma matéria. A repercussão social de uma reportagem, o resultado, sempre beneficia alguém. O bom jornalismo beneficia toda a sociedade, não apenas os anunciantes e o dono do jornal.

Uma vez li um livro de Ética escrito por um autor dos Estados Unidos e ele exemplificava a questão da imparcialidade no jornalismo comparando o repórter com um homem de Marte chegando na Terra, sem saber nada (curiosidade total), logo sem opinião sobre os fatos. É uma postura irreal. Acho, portanto, a imparcialidade uma falsa questão no jornalismo, apesar de alguns jornalistas continuarem vivendo em Marte.

Acho que aquilo que o Belda chamou de imparcialidade, citando Lacey, é na verdade objetividade jornalística: "adequação empírica", "aceitação intersubjetiva" (não entendi este termo), "poder explicativo", "clareza conceitual", "verissimilitude" ou aproximação da "verdade". A objetividade sim é da natureza jornalística.

Sobre a neutralidade, para mim é sinônimo de imparcialidade. Ambos a mesma quimera, ou como dizemos aqui no Sul: "História pra boi dormir". O Belda concorda com a impossibilidade da neutralidade no jornalismo. Acho que ninguém seria capaz de defender e provar seriamente a possibilidade da neutralidade.

Belda, eu acho que a matéria jornalística pode e deve ser objetiva. Imparcial e neutra não dá, nem na hora da apuração. Isto não significa que o jornalista especializado em meio ambiente só vai ouvir o lado que lhe agrada. Não. Mas que vai ouvir o lado que não lhe agrada de modo crítico, para que toda a sociedade saia ganhando, não apenas os militantes de uma ONG ou os diretores de uma empresa. E para isso que estudamos, debatemos, militamos em grupos de ecojornalistas.

O Belda, também citando Lacey, introduziu na conversa a questão da autonomia, que para mim é a mesma coisa que falar da liberdade. Os marxistas têm um modo interessante de tratar deste conflito que eles chamam de "a dialética entre a liberdade e a necessidade". As necessidades são aquelas coisas que são da natureza do jornalismo, que não podem ser evitadas.

Por exemplo, a linguagem. Outro exemplo, a novidade. Mais um exemplo: a veracidade (não é o caso da literatura). Eu vejo o jornalismo como um sistema de ação social composto por um complexo industrial-tecnológico-

burocrático, com um papel de instituição suporte na sociedade. Dentro deste sistema, nós, jornalistas, estamos sujeitos a condicionamentos histórico-sociais e específicos, inerentes à indústria de notícias: horário, pauta, espaço, tempo, linguagem, enfoques.

No entanto, apesar destes condicionamentos (necessidades), há uma margem de liberdade que possibilita a ação crítica, consciente, responsável e criativa dos jornalistas. Por isso jornalista que não tem opinião é daquele tipo que o Nestor Martinez descreveu lá de El Salvador:

- "...los periodistas que no le ponen pasión y entusiasmo a su profesión, son simples 'noteros', es decir hacedores de notas sin pasar a más, sin esmerarse en profundizar en los fenómenos para saber traducirlos a la población."

Acho que concorda comigo o José Alberto Gonçalves que escreveu: "Na atividade profissional, contudo, acho que regras elementares próprias do nosso campo de trabalho precisam ser seguidas para que ofereçamos ao leitor/ouvinte/telespectador um amplo espectro de posicionamentos dos diferentes atores envolvidos no assunto objeto da reportagem".

Para o verdadeiro jornalista, não há contradição entre estar alinhado com a luta ecológica e fazer reportagens. Pelo contrário, é exatamente este



engajamento que enriquece o trabalho jornalístico. Querem um exemplo?

Randau Marques.

Nova polêmica

Até agora, a nossa polêmica tem girado em torno do jornalista/ambientalista. Mas tem uma outra questão que eu gostaria de colocar para aqueles que tiveram saco de ler este texto até aqui. E o ambientalista/jornalista?

Explico. Pode um ecologista atuar como jornalista sem ter estudado jornalismo? Sem o diploma tão atacado pela FSP? Pois temos um caso recente no jornalismo ambiental de São Paulo.

O Roberto Kishinami, ex-dirigente da *Greenpeace* Brasil, vem atuando como repórter no jornal O Estado de São Paulo. Conheço o Roberto, sei das suas excelentes qualidades como ecologista. Mas isto o qualifica para ocupar uma vaga no mercado jornalístico?

É uma questão difícil. O Kishinami tem conhecimento técnico para falar de meio ambiente, mas não é jornalista. Eu sou contra. Se existem faculdades de jornalismo, elas devem ser cursadas pois existem questões, como esta que estamos há dias debatendo, que precisam ser discutidas e o são na faculdade.

A faculdade pode ter problemas, pode ainda não ser perfeita, mas ensina a natureza do jornalismo. A faculdade melhora a qualidade do jornalismo.

Quando o jornalismo tem mais qualidade, ganha toda a sociedade. O Kishinami é um cara inteligente. Acho que passaria sem problemas no vestibular da ECA/USP.

Saudações jornalísticas,  
Roberto Villar Belmonte  
Moderador”.

#### 5.4)As Tendências do Mercado Ecojornalístico

"O mundo novo deve surgir dos valores básicos que permitiram a vida chegar até aqui depois de 3,8 bilhões de anos: o cuidado de uns para com os outros, a conectividade de todos com todos, a solidariedade cósmica, a cooperação permanente entre todos, a reverência face ao mistério do mundo e à imensa complexidade do universo, a compaixão por aqueles que sofrem e ficam a caminho. Sem esses valores a futura sociedade mundial não se constituirá ou não se manterá unida, garantindo a todos os direitos de se sentirem filhos e filhas da Terra e não os condenados e excluídos da Terra, nossa Mãe comum."

Leonardo Boff

(Teólogo e professor de Ética e filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Capturado na RBJA no dia 05/06/02)

Pela primeira vez em anos, o país aparece bem colocado no ranking de preservação ambiental. Dois estudos internacionais reservaram elogios ao Brasil na área ambiental. O mais recente foi divulgado na semana passada por um grupo de especialistas das universidades de *Yale* e *Columbia*, nos Estados Unidos. A pesquisa mediu o grau de preocupação de 142 nações com a preservação da natureza. Cada uma recebeu nota de 0 a 100, resultado de cruzamento de vinte indicadores avaliados. O Brasil ficou em vigésimo lugar próximo ao grupo de elite encabeçado pela Finlândia. E, mais surpreendentemente, ficou à frente de uma série de países desenvolvidos como Holanda, Espanha, Itália e USA.

Isso reflete que a preocupação com o meio ambiente é uma forte tendência do início do século visto que se o modelo de desenvolvimento econômico consumista vigente até então perdurasse, seria o fim do planeta Terra em curto prazo. Entretanto, esse processo transitório está se solidificando lentamente e à custa de muito empenho e trabalho.

É válido lembrar que durante a Eco92, na Agenda 21 (documento roteiro a ser seguido em direção ao desenvolvimento sustentável), capítulo 40 sobre

*Informação para a Tomada de Decisões*, os signatários recomendam que “sempre que existam impedimentos econômicos ou de outro tipo que dificultem a oferta de informação e o acesso a ela, particularmente nos países em desenvolvimento, deve-se considerar a criação de esquemas inovadores para subsidiar o acesso a essa informação ou para eliminar os impedimentos não econômicos”. Os representantes dos países signatários justificam essa medida ao reconhecer que “em muitos países, a informação não é gerenciada adequadamente devido à falta de recursos financeiros e pessoal treinado, desconhecimento de seu valor e de sua disponibilidade e a outros problemas imediatos ou prementes, especialmente nos países em desenvolvimento. Mesmo em lugares em que a informação está disponível, ela pode não ser de fácil acesso devido à falta de tecnologia para um acesso eficaz ou aos custos associados, sobretudo no caso da informação que se encontra fora do país e que está disponível comercialmente”.

“O que os países da ONU perceberam claramente, inclusive o Brasil, é que sem democratização da informação ambiental, dificilmente haverá pleno desenvolvimento da cidadania ambiental, prejudicando o diálogo e o estabelecimento de parcerias entre os diferentes setores da sociedade brasileira envolvidos com a questão ambiental”, esclarece Vilmar na página 6 do artigo já mencionado anteriormente “Comunicação Ambiental para a Parceria” .

É fato que dentro das universidades, estão começando a surgir com maior frequência estudos e trabalhos de conclusão de curso sobre a temática ambiental, feito por professores e alunos cada vez mais conscientes das necessidades e implicações de se preservar a natureza até por uma questão de sobrevivência. Mas, atesta-se também uma carência acadêmica no sentido de estimular cadeiras sobre meio ambiente nos cursos de comunicação social. É o que Roberto Villar, no artigo “Aonde Estão as Faculdades de Comunicação” (retirado do site [www.jornalismoambiental.jor.br](http://www.jornalismoambiental.jor.br)) coloca: “As faculdades de comunicação deveriam oferecer cadeiras de jornalismo ambiental não para ensinar técnicas, pois as técnicas de jornalismo são iguais em qualquer especialidade temática, mas para trabalhar a abordagem das matérias. Os focos deveriam sair dos bancos acadêmicos com noções básicas sobre os temas que preocupam a humanidade nesta virada de século: pobreza em áreas degradadas, poluição industrial, mudanças climáticas, resíduos urbanos, escassez de água, gestão de recursos hídricos, agricultura sustentável, biotecnologia, transgênicos, manejo florestal, perda da biodiversidade e matriz energética. Não devem se transformar em doutores nessa área, mas pelo menos saber transitar com desenvoltura entre estes temas, entender as implicações, os nexos, as relações”. Para suprir esta carência, a Aliança Latino e Ibero-Americana de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável se

propõe a “fomentar e desenvolver ações de pesquisa, educação e serviços sustentáveis em matéria econômica, ecológica e social, incluindo a governabilidade como uma de suas facetas”, conforme afirma em sua ata de fundação.

Por outro lado, as ONGs estão se multiplicando dando novo estímulo ao movimento ecológico impulsionando a luta junto à sociedade pelo desenvolvimento sustentável. E é com essa pressão que se consegue abrir espaço na mídia. Os profissionais estão se reunindo para discutir formas de melhorar a cobertura jornalística. Iniciativas de vanguarda como a do Jornal do Brasil, que lançou no dia 31 de março de 2002 o caderno-revista “JB Ecológico”, com circulação mensal aos sábados de lua cheia, para debater o que até hoje era uma enorme lacuna na Grande Mídia.

O primeiro número já começa de forma bombástica com a manchete: “Bush-Terrorista Ambiental? O presidente dos EUA é acusado de aterrorizar o meio ambiente do planeta e o futuro da humanidade”, que remete para uma matéria de quatro folhas sobre o carrasco mundial da natureza. O editorial assinado por Hiriam Firmino(editor) diz: “ Toda a imprensa deveria ser verde. Se a imprensa se contentar em anunciar que a última grande floresta tropical do planeta está acabando, um dia ela acabará de fato. E a imprensa nesse dia

servirá apenas como um instrumento de registro: “a Amazônia acabou”, será a manchete de um editorial tardiamente indignado.

Ser ecológico não é ser passível. É nos envolvermos com indignação e amorosidade em tudo o que fazemos. E aí, a imprensa verde torna-se a alavanca mais poderosa que a simples denúncia. Está muito além da denúncia, levando-a junto, na busca aliada da solução.(...) Essa é a proposta do JB Ecológico a partir de hoje. Não apenas anunciar que a Amazônia, o Brasil e o planeta estão morrendo. Estar e brigar, se colocar ao lado deles. Essa é a nossa missão, para que tenhamos, nós, e as gerações que puderem, mais tempo de agradecer e nos maravilhar com o céu que nos protege. E merecer ter a cor que o criador lhe deu. Ao JB, aos seus leitores e à vida”.

O Globo, para não ficar atrás e aproveitando o ensejo do dia do meio ambiente(05/06), lançou o “Caderno Terra”, a ser vinculado toda primeira quarta-feira do mês de junho a setembro. Representa mais uma medida paliativa do que uma preocupação concreta com a comunicação ambiental já que será um projeto de quatro meses somente, o que não é suficiente, como vimos, para formar cidadãos capazes de exercer seus direitos e deveres concernentes à questão ambiental.

Contudo, advém do O Globo a análise animadora do projeto “Cidadão do Futuro”, que mostra que a nova geração está atenta para os problemas sócio-

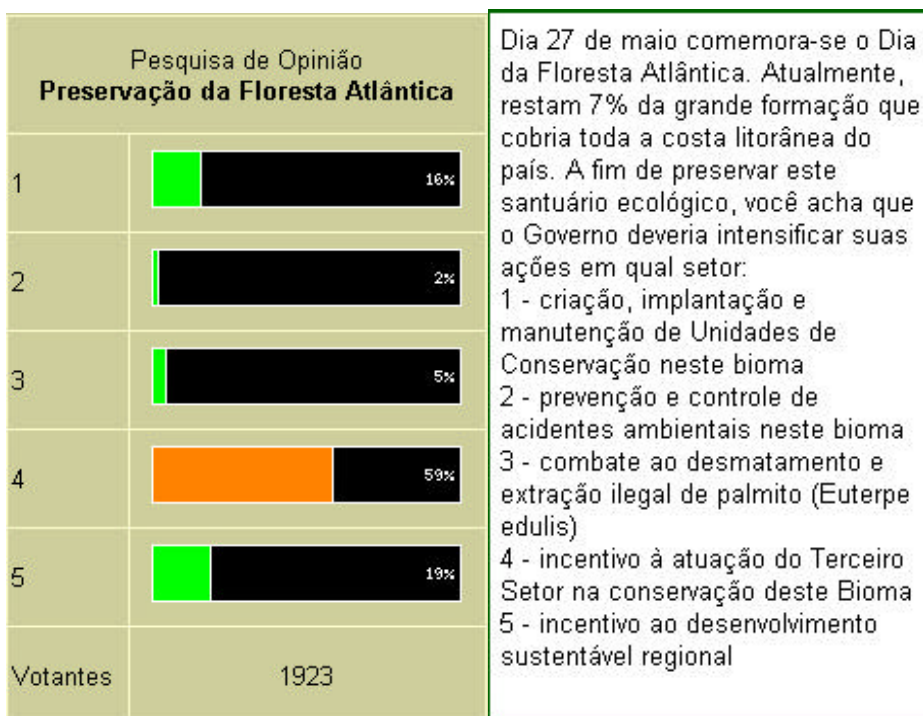
ambientais que têm assolado a sociedade brasileira. O projeto consiste em selecionar matérias feitas por estudantes de todo o país de 14 a 18 anos relacionadas à cidadania. Na página<sup>3</sup> do suplemento do dia 13 de abril de 2002, há uma matéria com um título-chamada bem enfático que diz: “Alerta para a poluição no Canindé”. Apresenta o seguinte subtítulo: “Cidade procura incentivar turismo religioso e deixa o problema em segundo plano”. A reportagem é de Elisa Rodrigues, de 14 anos, do Ceará. A menina teve a preocupação de entrevistar o secretário de Turismo de Canindé, o secretário de Meio Ambiente do município e um frei do local. Ainda aproveita o gancho do paradoxo do turismo local incentivar o aspecto religioso de São Francisco, protetor da natureza e, ao mesmo tempo, não tratar de seu principal rio.

Este é apenas um dos muitos outros textos que abordam a temática ambiental. Seguem reportagens sobre moradores da Vila Vintém que sofrem com a falta de saneamento básico há mais de 30 anos, sobre a necessidade de se exercer a cidadania antes de cobrar, sobre os detritos na água e na areia que ameaçam a beleza da orla, sobre reciclagem e ainda abordando o contraponto de Brasil, um país cheio de belezas naturais e desigualdades. Isso tudo prova que a nova geração não é alienada em relação aos problemas ambientais e precisa ter o incentivo para desenvolver seu potencial nesse aspecto.



## 5.5) Marketing Verde

É clara a tendência mundial de se valorizar o marketing verde e o social e de se investir na publicidade que gira em torno dessas questões. É o advento do Terceiro Setor nas corporações. Tanto que, empresas que trabalham com essa visão, agregam valor ao seu produto e solidificam sua marca junto ao público. Pesquisas realizadas pelo PROCON de São Paulo atestam que o consumidor das classes A e B levam em consideração a imagem e a confiabilidade da marca que ele consome.



Tal pesquisa extraída do site [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br) revela que os próprios formadores de opinião em meio ambiente acham que a atuação do

Terceiro Setor das empresas é fundamental para defender o bioma da Mata Atlântica. Dentre quatro opções, o incentivo ao setor privado para este fim foi o mais votado (59% dos 1923 votantes).

As empresas estão fazendo das premissas ambientais uma importante ferramenta mercadológica. Já existe uma pressão das empresas para que seus profissionais de marketing estudem o problema e as novas oportunidades que estão surgindo. “Para tanto, foi criada uma cadeira específica na Escola Superior de Propaganda e Marketing. Estamos em um caminho sem volta, onde o que está em jogo é a mudança do eixo de toda a economia mundial em relação a um modelo de desenvolvimento auto-sustentado”, diz Rogério Ruschel, presidente da Ruschel & Associados em matéria assinada por Sergio Sanches. Segundo Rogério, “não é possível imaginar um produto com apelo ecológico utilizando os meios de comunicação de massa. Há uma segmentação natural, porque nem todas as pessoas entendem a questão ambiental e os produtos são mais caros”. A sua receita de investimento é a comunicação dirigida.

“Em termos de marketing, hoje, dificilmente se desenvolvem produtos ou serviços sem considerar os valores ambientais. Há batalhas gigantescas sendo travadas no Brasil, como por exemplo a do mercado de embalagens, disputado pelo vidro, papel, plástico, alumínio e aço”, acrescenta Rogério.

Segundo o site da RITS(Rede de Informações para o Terceiro Setor- [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br)), “generaliza-se na sociedade brasileira a percepção de que o público não se confunde nem se limita ao estatal. Multiplicam-se as ações privadas com fins públicos.(...) O surgimento de um Terceiro Setor – não governamental e não lucrativo – redefine o Estado e o Mercado. Por outro lado, ele se vê confrontando ao desafio de qualificar e expandir suas ações de promoção de uma solidariedade eficiente”.

O que concerne, de acordo com o artigo “Uma Carência Legal”, do advogado Rodrigo Amorim( O Globo de 11/06/02, página 7, editoria Opinião) a “processos de democratização, defesa dos direitos humanos e da liberdade e políticas de meio ambiente”. O autor ainda afirma que “cerca de meio milhão de organizações compõem atualmente, no Brasil, o chamado Terceiro Setor, definido pela mobilização de recursos privados em prol do interesse público e de sua imagem positiva junto à ele”.

Exemplos de empresas que tem atuado explorando esse tipo de “propaganda” podem ser vistos em diversas revistas como a Albras(Alumínio Brasileiro S. A.) que anuncia seus certificados ISO 14001( que garante o sistema de gestão ambiental) na Exame; a Coca-Cola que tem banner no site [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br)., a Natura com o segmento da linha natural Ekos, que anuncia em revistas como Cláudia, Elle; a Shell que anuncia na revista

Veja; a Petrobrás que também anuncia muito nas revistas da editora Abril; o hotel Portobello que anuncia no [www.jornaldomeioambiente.com.br](http://www.jornaldomeioambiente.com.br) .

## 6) CONCLUSÃO

“O holismo significa uma visão não fragmentada do real, em que a sensação, os sentimentos, a razão e a intuição se equilibram, se reforçam e se controlam reciprocamente, permitindo ao ser humano uma consciência plena, a cada momento, de todos os fatores envolvidos em cada situação ou evento de sua existência, produzindo, assim, decisão certa no momento exato, com sabedoria e amor espontâneos, a partir de valores éticos de respeito à vida, sob todas as formas”

Pierre Weil

(Frase reproduzida da página 5 do livro “Ecologia para Ler, Pensar e Agir”, de Vilmar Berna, no ano 2000 disponível no site [www.jornaldomeioambiente.com.br](http://www.jornaldomeioambiente.com.br) )

Percebe-se a necessidade de haver uma renovação na postura profissional dos novos e atuais jornalistas para que entendam a problemática ambiental como uma questão de cidadania, como algo que deve ser respeitado, pois é do equilíbrio que depende a vida na Terra. Esses profissionais tem a responsabilidade social de serem os difusores de uma nova postura ética do homem em relação à natureza. Porém, com o crescimento da discussão ambiental em todos os setores da sociedade, é da competência das empresas

de comunicação prestarem informações devidamente respaldadas e confiáveis para ajudar a formar a opinião da sociedade. Assim, bem informada e com senso crítico aguçado, ela exercerá de forma mais plena a sua cidadania no Brasil.

Para concluir essa monografia, optei por reproduzir um trecho do artigo “Temos ou Não Futuro”, de Lutz, disponível no site [www.eco21.com.br](http://www.eco21.com.br), na edição de maio, para provar que o apontamento de soluções e a interpretação capaz de fornecer uma contextualização dos fatos às causas que o geraram (crise civilizatória, modelo de desenvolvimento excludente e predatório) para o público leigo é essencial, não só para os ecologistas, mas para qualquer cidadão brasileiro.

Que se consolide o jornalismo ambiental nacional para que tenhamos informação e poder de cobrança para defender o imenso patrimônio natural que o criador nos legou e que pertence ao povo brasileiro. Afinal, precisamos de uma sociedade bem informada e capaz de pressionar o governo através da força da mobilização da opinião pública sendo o jornalista ambiental peça fundamental estratégica nessa luta. Precisamos ter competência suficiente para defender a Amazônia, por exemplo, que já é a última Grande Floresta Tropical do mundo. E já tem gente lá fora querendo “internacionalizar” nossa floresta.

Desde que se internacionalize a fome de nossas crianças, suas carências, todos museus do resto do mundo, as mazelas da África, as desigualdades, desde que se tenha livre acesso aos países do Hemisfério Norte, que se divida a riqueza entre ricos e pobres, que se tenha acesso a medicamentos e muitos outros imperativos que colocam o Hemisfério Sul em franca desvantagem, aí, poderemos pensar em estudar um plano conjunto para que seja internacionalizado tudo o que seja bom e ruim para a Humanidade.

“Assisti certa vez, não faz muito tempo, um governante nosso entonar a costumeira litania terceiro-mundista diante do Primeiro Ministro da Áustria: “É, porque nós somos um país pobre, necessitamos da ajuda dos países ricos, como vocês”. Tive que discordar. Disse, “Nós somos ricos, muito ricos, fantasticamente ricos. Com oito e meio milhões de quilômetros quadrados, temos cem vezes mais território que a Áustria, que tem oitenta e quatro mil, metade montanhas cobertas de gelo. Temos recursos de toda sorte, minerais, solos agrícolas, enormes florestas, cerrados, restingas, praias intactas, espaço, muito espaço... Somos pobres, muito pobres, isto sim, em políticos de visão”. Sim, somos muito, muito ricos. Vamos aprender a desfrutar - não consumir - de maneira eficiente e sustentável o que já está desbravado. Não precisamos destruir um hectare mais de selva intacta. Só na Amazônia, temos mais de quatrocentos mil quilômetros quadrados de terra desflorestada, uma área total

do tamanho da Espanha, quase toda mal aproveitada, degradada ou mesmo abandonada. Em parte esta superfície se está recuperando naturalmente, em parte continuamos a degradá-la ainda mais. No resto do país a soma de áreas deste tipo é ainda maior, somam muitas dezenas de milhões de hectares. Ali sim, nos espera muito trabalho, trabalho significativo, entusiasmante para jovens e velhos idealistas.

Precisamos repensar “progresso”, “desenvolvimento”!

A atual medida de progresso, o PNB ou PIB (Produto Nacional Bruto ou Produto Interno Bruto), em termos de real progresso, no sentido de mais satisfação, mais alegria de vida, mais felicidade, segurança, satisfação para maior proporção da população, num mundo humanamente mais significativo, mais sustentável, não mede absolutamente nada. Ele só mede fluxo de dinheiro, sem nada dizer sobre o que este fluxo causa de bom ou de mau. Nada nos diz sobre a real, a concreta riqueza nacional. Absolutamente nada nos diz sobre justiça social. O PNB per capita, usado para comparar progresso entre países, é apenas uma média entre o que ganham os podres de rico e os que não tem o suficiente para se alimentar. O PNB só pode interessar a banqueiros com visão ultra-reducionista, desligada do mundo real. Voltemos a Carajás: adicionar ao PNB brasileiro as divisas que ganhamos na exportação de alumínio e minério de ferro, sem descontar num balanço



nacional a demolição da montanha, a perda da floresta, a perda do meio de vida do caboclo e do índio, etc., etc... é como se, após visitar a agência de meu banco, retirar dinheiro de minha conta e gastá-lo, me sentisse mais rico. De fato, estou mais pobre, a conta está menor.

Primeiro passo essencial, portanto, para um progresso real é o de obrigar nossos administradores públicos a nos apresentar balanços reais, do tipo que faz o administrador de empresa para seus acionistas. Balanços em que se somam, de um lado, todas as entradas, sim, mas do outro se descontam todas as saídas, perdas, depreciações. Neste tipo de balanço, o estoque de riqueza nacional - da real, da concreta, objetiva riqueza nacional - não terá que ser necessariamente contabilizado em termos monetários, mas em termos de hectares de solos agrícolas férteis ou degradados, capazes de recuperação ou não (a que custo?), de quilômetros quadrados de florestas, intactas, parcial ou totalmente devastadas, em recuperação natural ou em reflorestamento, etc. Terão que aparecer as toneladas de minérios ainda existentes, os barris de petróleo ainda disponíveis, e assim por diante. Terão que entrar, também, critérios qualitativos, como exploração irrecuperável ou reciclabilidade, fatores subjetivos, como beleza de paisagem, pureza das águas e do ar, contentamento, saúde, expectativa de vida, segurança, emprego, qualidade de

vida em termos de cultura, recreação, moradia e muita coisa mais.

Se este tipo de balanço fosse feito na situação atual, todos verificariam que, a cada dia, estamos empobrecendo, não enriquecendo e progredindo, como nos querem fazer crer nossos governos. Uma real democracia só será possível com este tipo de conta.

Precisamos repensar também a tecnologia. Poucos, especialmente entre os políticos, se dão conta de que predominam hoje aquelas tecnologias que concentram poder nas grandes infra-estruturas tecno-burocrático-legislativas, não tecnologias concebidas simplesmente para atender reais necessidades humanas, da maneira mais simples, mais barata, mais acessível, ecologicamente mais compatível e socialmente mais desejável. Daí que teremos que repensar - energia, transporte, agricultura, moradia, processos de produção e comportamento de consumo e, antes de mais nada, o sistema de educação - da família ao jardim de infância, primário, secundário, universitário e pós-graduação. Hoje, este esquema está a serviço dos poderes estabelecidos e a maior parte deste esquema cabe aos meios de comunicação, especialmente à TV, que está fazendo o que previa Aldous Huxley em seu livro “Admirável Mundo Novo” (*Brave New World*), onde os poderosos dominam pela desinformação, boçalização e incitamento a um estilo de vida hedonístico-orgiástico. Mas a TV, a Internet e todo este fantástico aparato de

comunicação global instantânea, poderiam também ser usados para uma educação real, para uma reformulação de nossa cosmovisão e comportamento.

Um instrumento fantástico, bem mais fácil de implementar imediatamente, seria um imposto único, cobrado na fonte, só sobre a energia e o uso de matérias primas. Ele promoveria logo tecnologias bem mais inteligentes, como, entre muitas outras coisas que aqui não cabe detalhar, uma economia solar: solar direto térmico, solar direto fotovoltaico; biomassa em combustão direta, em pirólise ou biogás; vento, hidráulico - tudo em esquema totalmente descentralizado. Para nós, este potencial é tão fantástico que não precisamos pensar em tecnologias mais complicadas e caras, como marés e vagas. Promoveria também o uso racional, frugal e reciclado de matérias primas finitas, simplificaria radicalmente a administração pública, promoveria emprego, não capital, seria, portanto, socialmente bem mais justo que o atual sistema que, em termos de justiça social é uma grande mentira. Ele promoveria um comportamento bem mais sábio que o que predomina hoje. Estes primeiros passos levariam automaticamente a um início de nova consciência e reorientação de nossa cultura industrial, que deixaria de ser suicida.

Quero dedicar os anos que me sobram a este trabalho fundamental. Como gostaria de ver o Brasil, este precioso pedaço de Gaia em que tive a sorte de

nascer, transformar-se no berço deste renascimento cultural de nossa espécie e da recuperação do Grande Processo Criativo”.

## 7) BIBLIOGRAFIA

- “Ecojornalismo Impresso- Análise do Jornalismo Ambiental em Porto Alegre”, monografia de Jairo Ivã Nether, 1998, mimeo.
- “*50 Pequenas Coisas que Você pode Fazer para Salvar a Terra*”, *The EarthWorks Group*, editora Best Seller, 1989.
- “Comunicação Ambiental para a Parceria”, artigo de Vilmar Berna, disponível no site [www.jornaldomeioambiente.com.br](http://www.jornaldomeioambiente.com.br) .
- “*E Deus Criou o Mundo- Princípios de Ética e Educação Ambiental para uma Nova Geração de Seres Humanos*”, de Vilmar Berna, disponível no site [www.jornaldomeioambiente.com.br](http://www.jornaldomeioambiente.com.br) .
- “*Ecologia para Ler, Pensar e Agir*”, de Vilmar Berna, disponível no site [www.jornaldomeioambiente.com.br](http://www.jornaldomeioambiente.com.br)
- “*Comunicação Ambiental: Ideologia e Poder*”, Vilmar Berna, disponível no mesmo site.
- “*Natureza Humana*”, de Wilson, Edward O. Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- “*Gerenciamento Ecológico, Guia do Instituto Ecológico e Negócios Sustentáveis*”, de Ernest Callenbach, Fritjof Capra, Lenore Goldman, Rudiger Lutz e Sandra Marburg, editora Cultrix, S.P., 1993.

- “*Ecologia Direito do Cidadão*”, coletânea de textos de Henri Acselrad (Ibase), Liszt Vieira( IED) e Reinaldo Guarany, Gráfica do JB, 1993.
- “*O Meio Ambiente em Debate*”, Samuel Murgel Branco, editora Moderna, S.P. 1998.
- “*Comunidades Virtuais e a Comunicação Via Ciberespaço- Uma análise da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental*”, monografia de Carine Simas da Silva, 2000, mimeo.
- “*Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*”, de José Lutzenberger, editora Movimento, 1980.

